

36 | Lex | Jornal de Negócios | Quarta-Feira, 9 de Maio de 2012

Entrevista Rogério M. Fernandes Ferreira

FISCALISTA, SÓCIO DA ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA & ASSOCIADOS

"Cada vez se legisla mais depressa mas com menos cuidado"

Além da elevada carga tributária, empresas e cidadãos estão também a ter de responder pelo aumento de taxas e tributos. Resultado: os litígios estão a aumentar

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Em Portugal legisla-se com rapidez, mas cada vez com menor cuidado. Quem o diz é o fiscalista Rogério M. Fernandes Ferreira, para quem as leis instáveis e complexas, particularmente na sua área de especialização, têm feito aumentar a litigiosidade. Nesta entrevista ao *Negócios*, o advogado dá ainda a conhecer o novo projecto societário em que está envolvido.

Numa conjuntura económica adversa como a que vivemos, que tipo de trabalho jurídico é mais solicitado a uma equipa de direito fiscal?

O trabalho de contencioso e de assessoria fiscal empresarial aumentou exponencialmente. Nos últimos anos a Administração tributária tornou-se bem mais eficiente e atenta. A informatização trouxe maior eficiência, mais rapidez, grande proximidade, portanto maior controlo e fiscalização.

Logo, mais contencioso?

Naturalmente, isso transformou-se imediatamente em contencioso tributário acrescido. Por outro lado, sendo a legislação fiscal infelizmente muito instável e cada vez mais complexa e prolixa, isso também fomenta, e de forma muito significativa, o contencioso e a necessidade de prevenir o litígio.

O aumento do trabalho de contencioso na área fiscal é uma tendência que tenderá a manter-se?

Nos próximos anos, a política e a receita fiscais vão continuar a estar no cerne da política orçamental. A probabilidade de trabalho relacionado com o contencioso é muito grande. Depois, a litigiosidade aumentou não apenas ao nível dos impostos mais tradicionais, como o IVA ou o IRC, mas também ao nível de muitos outros tributos.

Que outros tributos?

A carga tributária derivada de direitos, taxas, percentagens, prestações, tributos locais, especiais e pa-

rafiscais e outras contribuições financeiras várias, bem como toda uma panóplia de muitas outras receitas tributárias têm vindo a crescer exponencialmente.

Está a falar das taxas moderadoras na saúde e do pagamento das SCUT?

Há uma série de institutos públicos e de autarquias e entidades locais que viram as suas receitas aumentarem em resultado do aumento destas taxas e tributos que os utentes e sectores especiais de contribuintes têm de pagar. Não são só as taxas moderadoras do SNS, as portagens nas pontes ou nas SCUT.

Esta realidade fez aumentar o contencioso?

Os cidadãos e as empresas estão, por esta via, a financiar despesas públicas que o Estado não consegue financiar pela via fiscal mais tradicional. É óbvio que também este factor aumenta a litigiosidade.

Os tribunais como é que estão a responder a essa maior litigiosidade?

Os tribunais administrativos e fiscais têm tido muita dificuldade em dar respostas tempestivas, designadamente na primeira instância. A Administração tributária já se tem adaptado melhor a prazos cada vez mais curtos de resposta.

Quais são esses prazos de resposta?

Uma reclamação demora cinco, sete anos para ser decidida. Hoje em dia e desde 1 de Janeiro, o prazo legal é de quatro meses. São mais raras as reclamações gratuitas decididas em prazo superior a um ano por causa da caducidade da garantia.

Referiu a pouca estabilidade das leis fiscais. Há quem considere que há excesso de mudanças legislativas em Portugal. É também essa a sua perspectiva?

Acho que cada vez se legisla mais depressa, mas com menos cuidado e atenção. Nos impostos isso acontece ainda mais, porque se tem à mão um instrumento que é a lei do orçamento, no qual há enorme pressão para alterações por parte de grupos de interesses especiais e da

Sendo a legislação fiscal infelizmente muito instável e cada vez mais complexa e prolixa, isso também fomenta, e de forma muito significativa, o contencioso.

O legislador deve ter presente, e muitas vezes não tem, que Portugal não está sozinho no mundo. Hoje, os sistemas fiscais têm que estar enquadrados desse ponto de vista internacional.

própria Administração fiscal. Mas, aqui, o processo é bem menos discutido e controlado.

Essa falta de estabilidade nas leis é ou não factor de dissuasão de eventuais investimentos estrangeiros?

O legislador deve ter presente, e muitas vezes não tem, que Portugal não está sozinho no mundo. Hoje, os sistemas fiscais têm que estar devidamente enquadrados desse ponto de vista internacional. Alguns Estados – e não só o português – falam esta outra perspectiva, que é a comunitária e a internacional.

Defende uma maior uniformização das leis fiscais a nível europeu?

A concorrência fiscal internacional, sob certa perspectiva, é salutar. Impede a carga tributária menos reflectiva. Há que ver o que os outros Estados fazem. Mas a concorrência fiscal descontrolada leva à erosão das bases tributárias tradicionais, diminuição das receitas fiscais e a um sentimento de injustiça geral.

Então qual é o caminho?

O caminho mais provável vai decorrer do novo "pacto fiscal", com maior integração e harmonização também na tributação directa. Isto será imposto pela actual conjuntura de crise da dívida soberana.

Numa altura em que se fala tanto de reformas estruturais, deve haver mudanças no sistema fiscal?

A reforma fiscal que importa fazer é a da simplificação e estabilização das leis e a da internacionalização. Costuma dizer-se que tais reformas ocorrem de 30 em 30 anos. Houve uma nos anos 20 do século passado, outra no final dos anos 50, outra ainda na década de 80.

Vem aí uma nova mudança?

Iniciámos agora a nova década de reforma. Se calhar é preciso pensar desde já – reformar o quê? Primeiro o sistema fiscal português deve ser comparado com o de outros países com os quais nos queremos comparar e onde há trabalho feito. Não vamos inventar outra vez a roda!



Há espaço

Já foi secretário de Estado e esteve ligado a uma grande sociedade de advogados "full service". Avança agora com um projecto próprio

Além de lhe permitir "cumprir um objectivo de vida", a aposta num projecto de "boutique" especializada em direito fiscal significa também alguma descrença na forma como as grandes sociedades trabalham esta área de prática?

Nenhuma descrença. Julgo apenas que estas são a dimensão e a organização mais adequadas ao tipo de serviços que os clientes nos solicitam. Já trabalhei como advogado e do "lado" da Administração tributária, enquanto secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Num escritório pequeno e familiar, num de média dimensão e numa grande sociedade de advogados "full service"



para todos os projectos de advocacia

e, até, num instituto público, como consultor. Há espaço e haverá lugar para todos e cada um.

Tendo em conta o trabalho que é desenvolvido na mesma área por outras sociedades de advogados ou até por consultoras, em que se diferencia este projecto?

As regras de deontologia e as estatutárias permitem um tipo de serviço e de abordagem dos problemas bem mais focalizado, curial e independente. E no contencioso também, para o qual as consultoras não estão habilitadas. Como escritório mais especializado não temos a veleidade de invadir a área de actuação das consultoras, mesmo apesar de quatro dos advogados que integram o projecto se terem iniciado em consultoras multinacionais.

É ou não mais vantajoso para uma empresa contar com uma assessoria jurídica contínua e multidisciplinar, em vez de estar a recorrer a diferentes juristas, consoante as necessidades?

As empresas e os nossos clientes sempre escolheram diferentes juristas em função dos concretos assuntos a tratar. Uns não dispensam os outros, mesmo quando concentrados no mesmo espaço físico. Os clientes pretendem ver satisfeitas necessidades diferentes e em algumas áreas do direito, como o empresarial e o fiscal, muitas empresas exigem um acompanhamento com mais valor acrescentado, bem mais personalizado, directo e especializado.

O momento ao nível da conjuntura económica está longe de ser o melhor. Era esta a altura certa para avançar com um novo projecto societário na área da advocacia?

É apenas o nosso momento. É em Portugal que vivemos e onde queremos continuar a trabalhar. Temos, porém, bem presente o mercado internacional, designadamente o europeu, o africano o brasileiro, o asiático e o da língua portuguesa.

Os mercados externos são uma das apostas deste projecto, particularmente em países onde se fala português. Que países e em que moldes será assegurado o apoio jurídico a nível local?

O apoio jurídico local e internacional, em particular nos países onde se fala português, será assegurado por advogados e pelos nossos correspondentes locais que conhecemos de tanto anos da nossa vida profissional e pessoal e com quem trabalhamos e já contactávamos anteriormente, como é o caso do Brasil, de Angola, de Cabo Verde ou, agora, de Timor.

E quanto a outras jurisdições, como as europeias?

Na Europa e noutros países manteremos as ligações de sempre, nomeadamente as que envolvem grandes escritórios de advogados internacionais, mas também noutros desta nossa área de actuação específica e que nos exigem um tipo de serviços mais complexos ou especializados.

Como escritório mais especializado não temos a veleidade de invadir a área de actuação das consultoras.